

DESCULPA, NÃO! DESCULPE! UM CASO DE CONFLITO NA INTERAÇÃO ENTRE BRASILEIROS E PORTUGUESES EM PORTUGAL

DESCULPA, NÃO! DESCULPE! A CASE OF CONFLICT IN THE INTERACTION BETWEEN BRAZILIAN AND PORTUGUESE SPEAKERS IN PORTUGAL

Janderson Lemos de Souza¹ | [Lattes](#) | janderson.souza@unifesp.br
UNIFESP

Hanna Batoréo | [Lattes](#) | hannabatoreo@hotmail.com
UAb

Resumo: O ponto de partida deste artigo é o estudo proposto por Oliveira e Batoréo (2014) no âmbito da Linguística Funcional com foco nas construções VLoc e LocV em duas variedades nacionais do português: o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE). Nossa proposta, inspirada no artigo original, discute apenas a construção VLoc e explora a hipótese incidental de que, no PB, *desculpa* não seja uma forma verbal, e sim nominal. A discussão aqui apresentada parece explicar conflitos observados em Portugal em alguns casos de interação verbal entre brasileiros e portugueses. A análise proposta se enquadra na Gramática Cognitiva, um modelo da Linguística Cognitiva. Articula, por um lado, diferentes normas do imperativo em seu status sociocognitivo e, por outro, a nominalização de verbos. O status sociocognitivo aqui discutido consiste em gradiente rotinização e gradiente convencionalidade. Nossa proposta reforça a hipótese original, mas dissocia a distribuição de *desculpa* (V) e *desculpa* (S) da construção VLoc.

Palavras-chave: Imperativo; Nominalização; Variação Português Europeu / Português Brasileiro; Gramática Cognitiva; Linguística Cognitiva.

Abstract: The starting point of this paper is a study proposed by Oliveira & Batoréo (2014) with focus on VLoc and LocV constructions in two national varieties of Portuguese: Brazilian Portuguese (BP) and European Portuguese (EP). Our proposal, inspired by the original paper, discusses only VLoc construction instantiated by the verb *desculpar* ('to forgive') and explores the incidental hypothesis that the form *desculpa* is not a ver-

¹ A contribuição deste autor resulta de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (processo 2023/04653-0).

bal form, but a nominal one ('sorry'). The discussion presented here seems to explain conflicts observed in Portugal in some cases of verbal interaction between Brazilian and Portuguese speakers. The analysis proposed is based on Cognitive Grammar, a model of Cognitive Linguistics. It articulates different norms of imperative in their socio-cognitive status, on one hand, and the nominalization of verbs, on the other. The socio-cognitive status discussed here consists of gradient entrenchment and gradient conventionality. Our study endorses the original hypothesis but dissociates the distribution of *desculpa* (V) and *desculpa* (N) from VLoc construction.

Keywords: Imperative; Nominalization; European Portuguese / Brazilian Portuguese Variation; Cognitive Grammar; Cognitive Linguistics.

1. Considerações iniciais

O ponto de partida do presente artigo encontra-se em Oliveira e Batoréo (2014), dedicado à análise das construções VLoc (verbo + locativo, ex.: *desculpa aí*) e LocV (locativo + verbo, ex.: *lá vai*) no português brasileiro (PB) e no português europeu (PE). A análise alternativa consiste em explorar a hipótese de se considerar *desculpa* como substantivo deverbal, e não como verbo, conforme aventado incidentalmente quanto ao PB. Para tanto, optamos pela Gramática Cognitiva (GC), modelo da Linguística Cognitiva (LC), em vez da Gramática de Construções, em sua recepção pela Linguística Funcional (LF), principalmente porque a GC permite considerar V na construção [V + Loc]², não estritamente como classe de palavras, mas sobretudo como variável disponível para qualquer forma que reflita processamento dinâmico, especialmente porque a definição semântica das classes não necessariamente coincide com as classes de palavras tradicionais.

Segundo Oliveira e Batoréo (2014, p. 199):

No tocante à seleção verbal no âmbito da VLoc_{MD'}, a pesquisa do PE apresenta como traço mais específico e distinto do PB a instanciação da microconstrução **desculpa**/**-e**/**-em**, com 4,5% de ocorrências. Trata-se de uso motivado por contextos marcados por injunção e grande interatividade. Hipotetizamos que a motivação para essa convencionalização seja a grande frequência de uma estratégia retórica, característica do PE, ligada à expressão de polidez e à preservação de face, em que *pedir desculpa(s)* e *desculpar* são muito recorrentes, enquanto, no PB, é mais utilizada para tal fim somente a forma nominal **desculpa** [...].

² Notação segundo a GC.

Ao reconhecerem que *desculpa* é uma forma nominal, poderíamos concluir que já não se trata da construção [V + Loc]. No entanto, acompanhamos Oliveira e Batoréo (2014) na identificação da referida construção. Nossa análise diverge quanto (i) ao quadro teórico adotado para descrever a construção e (ii) ao que se entende por V no modelo como baseado no uso empregado (Langacker, 1987, 1988, 2000).

A motivação para a análise ora proposta é seu potencial explicativo de um tipo de conflito observado em alguns casos de interação verbal entre brasileiros e portugueses em Portugal. Trata-se de um conflito entre padrões sociolinguísticos de uso do imperativo em cada variedade nacional do português, refletindo diferentes *construals* na interação.

2. Enquadramento teórico

A GC se caracteriza como um modelo baseado no uso desde sua formação:

Para o bem ou para o mal, admito ter cunhado o termo **modelo baseado no uso**. Em *Fundamentos da Gramática Cognitiva*, descrevi tal modelo assim: “Importância substancial é dada ao uso real do sistema linguístico e ao conhecimento desse uso pelo falante; a gramática é considerada responsável pelo conhecimento do pleno espectro de convenções linguísticas pelo falante, a despeito de se essas convenções podem ser subsumidas a asserções mais gerais. [Essa é uma] abordagem não reduitiva à estrutura linguística que emprega redes esquemáticas plenamente articuladas e enfatiza a importância de esquemas de nível mais baixo” (Langacker 1987a: 494).³

Nesses termos, expressões como *sei lá* e *lá vai* podem ser consideradas expressões a partir das quais falantes do PB ou do PE adquirem os esquemas [V + Loc] e [Loc + V], razão pela qual o processo envolvido se chama **esquemáticação**, ou expressões resultantes do uso criativo desses esquemas, em que o processo envolvido seria a **instanciação**. O fato de que ambas as possibilidades se verificam empiricamente permite à GC integrar a aquisição e o uso de uma língua natural, com falantes da mesma variedade ou de diferentes variedades podendo conhecer as mesmas expressões pela via da esquematização ou

³ Tradução nossa de: “For better or for worse, I admit to having coined the term **usage-based model**. In *Foundations of Cognitive Grammar*, I described such a model as follows: ‘Substantial importance is given to the actual use of the linguistic system and a speaker’s knowledge of this use; the grammar is held responsible for a speaker’s knowledge of the full range of linguistic conventions, regardless of whether these conventions can be subsumed under more general statements. [It is a] nonreductive approach to linguistic structure that employs fully articulated schematic networks and emphasizes the importance of low-level schemas’ (Langacker 1987a: 494).” Langacker (2000) reconhece que, na morfologia, Joan Bybee pratica uma abordagem baseada no uso desde muito antes de o termo ser criado. Langacker (2000) apresenta um agradecimento a ela pela leitura e comentários a versões anteriores à publicada.

da instanciação. A disponibilidade cognitiva de um esquema para ser instanciado caracteriza o que a GC entende por **produtividade**⁴.

Por sua vez, classes de palavras são esquemas que os falantes adquirem a partir de expressões, num modelo em que a gramática consiste numa rede de esquemas e o léxico numa rede de expressões, sendo o léxico e a gramática integrados pelos dois processos cognitivos supracitados, a esquematização e a instanciação.

2.1 Verbos e substantivos segundo a Gramática Cognitiva

A caracterização semântica das classes de palavras enfrenta objeção a sua exequibilidade (cf. Jackendoff, 1983, 1996). A proposta de caracterizar as classes de palavras semanticamente repousa em dois princípios: (i) a capacidade cognitiva de construir a mesma situação de diferentes maneiras (*construal*⁵ na interação); e (ii) a não coincidência com as classes de palavras tradicionais. O significado das construções, por sua vez, se divide entre um substrato conceitual e um *construal* (na gramática, correspondente a significado construcional). Porque os falantes constroem a experiência de múltiplos pontos de vista, o significado de uma construção é a estabilização de uma dentre as possíveis maneiras de conceber e retratar uma situação (Langacker, 2008a, p. 4).

Como significado construcional, o *construal* é constituído por ESPECIFICIDADE, FOCO, PROEMINÊNCIA e PERSPECTIVA. O destaque (*profiling*) é um elemento da proeminência. É o destaque que distingue entre as classes de palavras: o substantivo destaca uma coisa, enquanto o verbo destaca uma relação processual e o adjetivo, a preposição e o advérbio destacam uma relação não processual. Nesses termos, a nominalização de verbos consiste na conversão do destaque de relação no destaque de coisa:

Um verbo como *explodir* e um substantivo como *explosão* podem ambos referir-se ao mesmo evento. De acordo com a doutrina padrão, isso prova que as classes verbo e substantivo não são semanticamente definíveis: se fossem, *explodir* e *explosão* pertenceriam à mesma categoria, já que têm o mesmo significado. Esse raciocínio esbarra na assunção falaciosa de que referir-se ao mesmo evento torna duas expressões semanticamente equivalentes. Elas não são. Enquanto invocam o mesmo conteúdo conceitual, elas diferem no significado em razão de como o constroem:

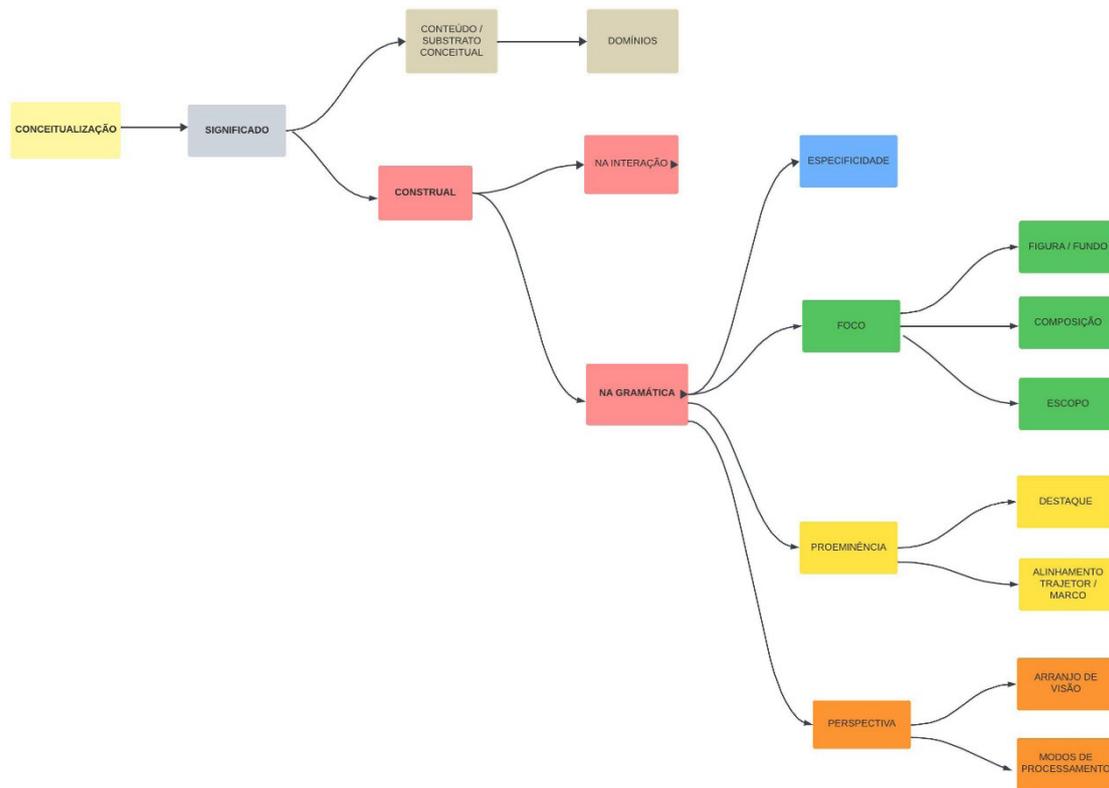
⁴ O conceito foi criado pela Gramática Gerativa, modelo da Linguística Gerativa, como propriedade formal de uma regra. A recepção do conceito pela GC torna a produtividade uma propriedade gradual de uma construção. Ambos os modelos reconhecem a relação entre produtividade e generalidade. A GC acresce a composicionalidade como fenômeno articulado com a produtividade e a generalidade.

⁵ Seria possível traduzir *construal* como *construção*, porém preferimos reservar *construção* para a unidade da gramática e do léxico e manter como *construal* o que a GC concebe como construção cognitiva da experiência na interação, por um lado, e como significado construcional, por outro, de modo a minimizar os riscos de mal-entendido.

diferentemente de *explodir*, que reflete diretamente a natureza processual do evento, *explosão* constrói o evento como uma coisa abstrata derivada por reificação conceitual. É precisamente por causa desse contraste conceitual que as expressões pertencem a diferentes categorias gramaticais.⁶ (Langacker, 2008a, p. 95)

Para garantir o entendimento do desdobramento do significado entre conteúdo/substrato conceitual e *construal*, propomos o seguinte mapa dos conceitos (não exaustivo) com que esses se relacionam na GC:

Figura 1: MAPA CONCEITUAL – GRAMÁTICA COGNITIVA



Fonte: elaborado pelos autores.

⁶ Tradução nossa de: “A verb like *explode* and a noun like *explosion* can both refer to the same event. According to standard doctrine, this proves that the verb and noun classes are not semantically definable: if they were, *explode* and *explosion* would belong to the same category, since they have the same meaning. This reasoning hinges on the fallacious assumption that referring to the same event makes the two expressions semantically equivalent. They are not. While invoking the same conceptual content, they differ in meaning because of how they construe it: unlike *explode*, which directly reflects the event’s processual nature, *explosion* construes it as an abstract thing derived by conceptual reification. It is precisely by virtue of this conceptual contrast that the expressions belong to different grammatical categories.”

O mapa conceitual apresentado na figura 1 nos permite reler a citação acima (Langacker, 2008a, p. 95) como uma comparação entre o destaque (elemento da proeminência) e os modos de processamento (elemento da perspectiva). Nos termos da GC, os modos de processamento podem ser o dinâmico (*sequential scanning*) ou o estático (*summary scanning*). Na definição semântica das classes de palavras, o verbo refletiria o processamento dinâmico, enquanto o substantivo refletiria o processamento estático. Langacker (1987, 2008b) compara *fall* (V) e *fall* (S) para ilustrar essa distinção, mas é aí que nasce uma controvérsia porque tanto *cair* quanto *queda* exibem interpretação verbal (processamento dinâmico).⁷ Langacker (2008a, 2009) deixa, então, de distinguir entre verbos e substantivos deverbais pelos modos de processamento (perspectiva) e passa a fazê-lo pelo destaque (proeminência), chegando à configuração do *construal* que procuramos apresentar por meio do mapa conceitual acima.

Entretanto, essa nova maneira de distinguir entre verbos e substantivos deverbais também não está livre de controvérsia. O que Langacker (2008a, p. 95) indica, como já mencionado, é que (i) *explode* é um verbo e *explosion* é um substantivo apesar de compartilharem o conteúdo conceitual; (ii) *explode* é um verbo por destacar uma relação processual, enquanto *explosion* é um substantivo por destacar uma coisa; (iii) *explosion* está sendo considerado em sua interpretação verbal; e (iv) a interpretação verbal de *explosion* não impede sua distinção em relação a *explode*.

A adesão crítica a essa proposta (Lemos de Souza, 2010, 2012, 2020a) endossa o compartilhamento do mesmo conteúdo conceitual entre verbos e substantivos deverbais e a distinção pelo destaque. A objeção é a de que verbos e substantivos deverbais em sua interpretação verbal compartilham o processamento dinâmico também. Isso amplia a semelhança entre verbos e substantivos deverbais do conteúdo conceitual aos modos de processamento.

Com base nas mesmas conclusões, Broccias e Hollmann (2007) optam por desconsiderar os modos de processamento na caracterização de substantivos:

Finalmente, poder-se-ia afirmar que o processamento estático também é necessário para distinguir entre nominalizações e verbos, como p. ex. *Alguma coisa explodiu vs. Houve uma explosão* (Langacker 2002: 98). O evento explosivo na última sentença é considerado como processado estaticamente. Concordamos com Langacker em que “[n]ominalizar um

⁷ Outra questão relevante é a não mudança de forma neste par V/S, por não ser de origem latina, como *work* (V) / *work* (S) e *travel* (V) / *travel* (S) (v. Resende; Ilari, 2020). Fosse um par de origem latina, como *replac* / *replacement* e *examine* / *examination*, já se colocaria a questão morfológica, sempre presente em português.

verbo necessariamente lhe confere propriedades conceituais características de substantivos” (2002: 98) mas dissociaríamos a reificação de eventos da questão do processamento. Isso também é feito, por exemplo, por Croft (2001: 88), que analisa nominais de ação como palavras de ação usadas no ato discursivo de referência, isto é, sem invocar o processamento estático como definido por Langacker.⁸ (p. 497)

A análise ora proposta mantém a adesão crítica à GC, considerando a interpretação nominal, que por vezes é a única (ex.: *acabamento*, *estacionamento*) e, quando não é, exige incluir a polissemia na discussão. Tanto a abordagem gerativa (Basilio, 1980) quanto a abordagem cognitiva (Basilio, 2004) já o fazem. Na abordagem gerativa, a interpretação verbal remete à categoria da base, enquanto a interpretação nominal remete à categoria do produto da nominalização, já que a representação semântica dos substantivos é formalmente restrita à representação semântica de V ou de S, as únicas categorias lexicais envolvidas. Na abordagem cognitiva, a interpretação verbal corresponde ao processamento dinâmico, a interpretação nominal corresponde ao processamento estático e a associação dessas interpretações ao processo de formação de substantivos a partir de verbos caracteriza a *polissemia sistemática*, organizada pela metonímia.

Assim, podemos concluir que:

- (i) verbos e substantivos deverbais diferem apenas quanto ao destaque;
- (ii) verbos e substantivos deverbais em sua interpretação verbal compartilham o conteúdo conceitual e o processamento dinâmico (*desculpa* como ‘ato de desculpar’);
- (iii) verbos e substantivos deverbais em sua interpretação nominal compartilham apenas o conteúdo conceitual porque a interpretação nominal corresponde ao processamento estático (*desculpa* como ‘justificativa ruim’ ou ‘pretexto’);
- (iv) substantivos deverbais que exibem interpretações verbal e nominal apresentam polissemia sistemática; e
- (v) a polissemia dos substantivos difere da polissemia dos verbos que instanciam as construções de que resultam e é a polissemia dos verbos que, dentre outros

⁸ Tradução nossa de: “Finally, it could be claimed that summary scanning is also needed to distinguish nominalisations of verbs, see e.g., *Something exploded* vs. *There was an explosion* (Langacker 2002: 98). The exploding event in the latter sentence is said to be scanned summarily. We agree with Langacker that ‘[n]ominalizing a verb necessarily endows it with the conceptual properties characteristic of nouns’ (2002: 98) but we would dissociate reification of events from the question of scanning. This is also done, for example, by Croft (2001: 88), who analyses action nominals as action words used in the discourse prepositional act of reference, i.e., without invoking summary scanning as defined by Langacker.”

fatores alheios aos objetivos deste artigo, pode motivar a formação de mais de um substantivo deverbais (ex.: *perda*, *perdição* e *perdimento*⁹ no PB e no PE).

O fato de que tanto verbos quanto substantivos deverbais com interpretação verbal refletem processamento dinâmico permite a instanciação da construção [V + Loc] pelo verbo ou pelo substantivo deverbais, na medida em que a instanciação é semanticamente motivada. Permite até a instanciação por expressões que não correspondam a uma classe de palavras tradicional, como *bora*¹⁰. Observem-se os seguintes dados:

(1) 45 G PT jonasnuts.com

Decidi então refutar o vosso documento, e a as mesmas perguntas, responder com factos, ou questionar os dados que apresentam. **Bora lá.**

(2) 101 G PT absurdo.wordpress.com

Ou então, pomos o conceito de toda a economia em questão: por mim, ‘**bora aí...** Depois, podemos entrar em a discussão bem mais infinita sobre a questão de a ‘boa literatura.’

(3) 118 G BR fotografia-dg.com

Recebi o aviso em o meu email sobre o teu comentário e vim rapidinho tentar elucidar cada item de as tuas questões, diga- se de passagem, extremamente inteligentes e com toda a certeza acabaremos por ajudar muita gente interessada como vc, ok? Então **bora lá!**

Nesta análise alternativa à proposta por Oliveira e Batoréo (2014), o processamento dinâmico satisfaz à condição de ser V, com ou sem o pertencimento à categoria V, condição a que *bora* atende. Além disso, dois outros fatores devem ser considerados: (i) o relativismo linguístico e (ii) o status sociocognitivo da norma. Passamos a abordar cada um desses fatores nas próximas subseções.

⁹ Em ambas as variedades nacionais do português, *perdimento* tem seu uso restrito ao enquadre jurídico. “Não tendo sido declarado na sentença o **perdimento** a favor do Estado de determinado bem apreendido nos autos, será possível fazê-lo em momento posterior, em despacho autónomo?” (Processo n.º837/15.6GBAGD-B.P1, grifo nosso). “A Lei nº 14.651/2023 foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (24/08), aprimorando a legislação brasileira quanto à aplicação e o julgamento da pena de **perdimento** de mercadoria, veículo e moeda” (<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202308/brasil-aprimora-regras-sobre-pena-de-perdimento-de-mercadoria-veiculo-e-moeda>, grifo nosso).

¹⁰ Busca por *bora* no Corpus do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/web-dial/>) em 15/4/2024. Constam o número da ocorrência, a variedade nacional do português, a fonte e o dado.

2.2 Relativismo linguístico

A LC se caracteriza como uma teoria relativista (cf. Lakoff, 1987, cap. 8; Langacker, 1994; Batoréo, 2000, cap. 2; Pederson, 2007).

A hipótese do relativismo linguístico, independentemente da matização mais forte ou mais fraca que se lhes queira eventualmente conceder, é convictamente contestada pela corrente universalista, que defende a existência de operações mentais idênticas de raiz biológica subjacentes às diferenças superficiais.¹¹ (Batoréo, 2000, p. 118)

Langacker (2000) entende que o caráter baseado no uso da GC guarda relação direta com o compromisso relativista da LC, na medida em que inverte a prioridade estabelecida pela Linguística Gerativa (LG):

O espírito “de cima para baixo” da gramática gerativa é evidente em sua ênfase em regras gerais e princípios universais, bem como em sua negligência histórica ao léxico e a subpadrões de nível mais baixo e na paciente enumeração de idiosincrasias. [...] Outra faceta da orientação de baixo para cima da Gramática Cognitiva é a afirmação de que “regras” só podem emergir como esquematizações de expressões amplamente ocorrentes. Por mais longe que essa abstração possa chegar, os esquemas que emergem brotam do solo do uso real.¹² (p. 2-3)

Portanto, o compromisso filosófico com o relativismo comparece às análises empreendidas com base na GC. De outro modo, toda teoria linguística que analise dados do uso seria baseada no uso. As abordagens baseadas em *corpora* que subsidiam análises gerativas, funcionais e cognitivas são, portanto, incomensuráveis.

A ligação entre a autoconsciência da Linguística Cognitiva como uma forma de investigação linguística baseada no uso e o emprego de métodos empíricos é direta: não se pode ter uma linguística baseada no uso a menos que se estude o uso real – tal como aparece em *corpora* na forma de dados linguísticos espontâneos, não provocados, ou em ambientes experimentais de forma automática e provocada.

[...] a própria ênfase que a Linguística Cognitiva coloca no fato de que nosso conhecimento do mundo é uma construção ativa, em vez de um reflexo passivo de um mundo objetivamente dado, favorece ao interesse em diferenças de *construal* entre culturas, grupos sociais ou mesmo

¹¹ Batoréo (2022) retoma a crítica à concepção da linguagem como instinto.

¹² Tradução nossa de: “The ‘top-down’ spirit of generative grammar is evident in its emphasis on general rules and universal principles, as well as its historic neglect of lexicon, low-level subpatterns, and the patient enumeration of idiosyncrasies. [...] Another facet of Cognitive Grammar’s bottom-up orientation is the claim that “rules” can only arise as schematizations of overtly occurring expressions. However far this abstraction may proceed, the schemas that emerge spring from the soil of actual use.”

indivíduos. Mas tal perspectiva variacional não pode, por definição, ser percebida individualmente. Se assumimos que a linguagem não é tão restrita geneticamente a ponto de ser uniforme em todo o globo e que comunidades linguísticas não são homogêneas (dois pressupostos que pareceriam agradáveis à postura não objetivista da Linguística Cognitiva), então uma base empírica mais ampla que o próprio uso da língua é necessária para estudar a variação.¹³ (Grondelaers; Geeraerts; Speelman, 2006, p. 149-150)

É precisamente no enquadramento teórico acima indicado que pretendemos formular nossa análise alternativa, apresentada na seção 3. Em tal enquadramento, de um lado, o grau da variação deve ser relativizado aos diferentes construais social e culturalmente impostos e, de outro, a GC como um modelo baseado no uso guarda relação direta com a LG como uma teoria relativista.

2.3 Status sociocognitivo da norma

A literatura acumula vasto conhecimento acerca do modo imperativo na descrição do PB (v. Scherre *et al*, 2007; Rumer, 2016; Silva, 2017) e do PE (v. Barbosa, Santos e Veloso, 2020). Scherre *et al* (2007) acompanham a distinção gerativa entre “[...] IMPERATIVO VERDADEIRO (em português: *olha, abre, faz*), denominação assumida neste texto, ao lado de IMPERATIVO SUPLETIVO (em português: *olhe, abra, faça*), para fins de reflexões a respeito do estatuto do imperativo gramatical no português brasileiro” (p. 194) e concluem:

Assim, diferentemente do que se observa no português europeu, e também no espanhol castelhano (Rivero 1994), a alternância *olha/olhe; abre/abra; faz/faça*, no português brasileiro, não tem relação clara com o traço [+distanciamento], que rege a distribuição *deixe/você/seu vs. deixa/tu/teu* nessas outras duas línguas. Ao invés de um divisor de interação discursiva, a alternância entre o imperativo verdadeiro e o imperativo supletivo no português brasileiro falado evidencia-se como um marcador geográfico. (p. 195)

¹³ Tradução nossa de: “The link between the self-awareness of Cognitive Linguistics as a usage-based form of linguistic investigation and the deployment of empirical methods is straightforward: you cannot have a usage-based linguistics unless you study actual usage – as it appears in corpora in the form of spontaneous, non-elicited language data, or as it appears in an on-line and elicited form in experimental settings. Second, the very emphasis that Cognitive Linguistics places on the fact that our knowledge of the world is an active construal rather than a passive reflection of an objectively given world, favours an interest in differences of construal between cultures, social groups, or even individuals. But such a variational perspective cannot, by definition, be realized individually. If we assume that language is not genetically so constrained as to be uniform all over the globe, and that linguistic communities are not homogeneous (two assumptions that would seem to be congenial to the non-objectivist stance of Cognitive Linguistics), then a broader empirical basis than one’s own language use is necessary to study the variation.”

Sem pretendermos aqui entrar no debate sobre a melhor descrição do imperativo em cada variedade do português, remetemos à literatura variacionista cujas posições acompanhamos. A principal é a de que, por um lado, há, no PE, a expectativa do uso de *olhe, abra, faça* e *desculpe* como evidência de formalidade motivada pelo distanciamento entre os interlocutores e do uso de *olha, abre, faz* e *desculpa* como evidência de informalidade motivada pela intimidade entre os interlocutores.

Isso porque, no PE, o uso do imperativo VERDADEIRO é consistente com o tratamento por *tu*, enquanto o uso do imperativo SUPLETIVO é consistente com o tratamento por *ocê* (informalidade) ou *o/a senhor(a)* (formalidade):

[...] o paradigma flexional do modo imperativo (exemplificado agora com o verbo *cantar*) é o seguinte:

IMPERATIVO AFIRMATIVO	IMPERATIVO NEGATIVO
Canta tu.	Não cantes tu.
Cante (você / o senhor).	Não cante (você / o senhor).
Cantemos nós.	Não cantemos nós.
Cantai vós.	Não canteis vós.
Cantem (vocês / os senhores).	Não cantem (vocês / os senhores).
Cante-se.	Não se cante.

(Barbosa, Santos e Veloso, 2020, p. 2579)

Por outro lado, no PB, a distribuição entre os imperativos VERDADEIRO e SUPLETIVO pode ser geográfica ou circunscrita ao:

[...] contexto discursivo do pronome *você*, como ilustrado, respectivamente, em (22) e (23) [...]:

(22) Ah! É? Então *faça* o que você quiser (Imperativo verdadeiro – Fala de Brasília)

(23) *Faça* aquilo que você achar melhor! (Imperativo supletivo – Fala de Brasília) (Scherre *et al*, 2007, p. 206)

Tais normas são rotinizadas nos falantes e convencionais nas variedades europeia e brasileira do português.¹⁴ A influência colonial, no entanto, faz com que o ensino formal no Brasil seja, ainda hoje, o da norma europeia como correta. O que se deve ter em conta é (i) a diferença entre uma norma convencional no PE e outras normas convencionais no

¹⁴ Original: “For ease of discussion, I am conflating two parameters that eventually have to be distinguished: **entrenchment** or **unit status** (pertaining to a particular speaker) and **conventionality** (pertaining to a speech community)” (Langacker, 2008a, nota 13, p. 21). Tradução nossa: Para facilitar a discussão, estou combinando dois parâmetros que, no final, têm de ser distintos: rotinização ou status de unidade (relativo a um falante particular) e convencionalidade (relativa a uma comunidade de fala).

PB e (ii) o papel da colonialidade (cf. Muniz, 2022) na prescrição da norma portuguesa no ensino formal brasileiro. Assim, crianças portuguesas aprendem na escola a norma que já corresponde à oralidade, no que o letramento reforça a aquisição, enquanto crianças brasileiras aprendem na escola uma norma imposta a partir de outra variedade da língua, que nada tem a ver com a oralidade, no que o letramento nega a aquisição, como se se tratasse de uma língua estrangeira.

A interação entre um falante do PE que espere o uso do IMPERATIVO SUPLETIVO e um falante do PB que use o IMPERATIVO VERDADEIRO tem o potencial de gerar conflitos, especialmente quando se dá em Portugal. Os conflitos incluem juízos de valor negativos por parte dos portugueses em relação aos brasileiros, porque os portugueses se sentem desrespeitados quando desconhecidos os abordam com intimidade e coloquialidade, socialmente não aceitas em Portugal. Essa discrepância entre *construals* é particularmente flagrante na interação institucional, envolvendo o tratamento de documentos, quando a utilização das formas de tratamento e o emprego dos verbos na 2ª pessoa são totalmente inaceitáveis e podem gerar a estigmatização dos brasileiros.

Aqui estamos falando da interação sem os rigores de um modelo de análise, como a Análise da Conversa¹⁵, que permitiria a formação de um *corpus* de imagens de interações entre brasileiros e portugueses em que ocorre este tipo de conflito, de modo a registrar as dimensões verbal e multimodal (cf. Mondada, 2016), seja fala-em-interação social, seja na fala-em-interação institucional. Entendemos que a “[...] crescente tendência na Linguística Cognitiva a enfatizar sua natureza essencial como uma linguística baseada no uso [...]”¹⁶ (Grondelaers; Geeraerts; Speelman, 2006, p. 149) e o interesse em “[...] caracterizar as crenças que os usuários da língua têm sobre a língua e variedades da língua”¹⁷ (Geeraerts, 2006, p. 30) apontam para esse grau de refinamento no levantamento dos dados, com base sociocognitiva, especialmente para fins de análise com base na GC.

Mais razoável é a alternativa **interativa**, que realmente leva as pessoas em consideração, mas defende que uma mente individual não é o lugar certo para procurar por significados. Em vez disso, significados são vistos

¹⁵ Aqui acompanhamos Garcez (2008) quanto à denominação do modelo por entender que Análise da Conversação corresponde à recepção brasileira à Análise da Conversa pela lente da Linguística Textual com foco no texto falado. Entre os fundamentos da Análise da Conversa está “[...] o interesse etnometodológico em estudar a racionalidade prática cotidiana, o raciocínio sociológico dos agentes sociais enquanto agem [...] e o registro audiovisual fidedigno da fala-em-interação social [...]” (Garcez, 2008, p. 22).

¹⁶ Tradução nossa de: “[...] there is a growing tendency in Cognitive Linguistics to stress its essential nature as a usage-based linguistics [...]”

¹⁷ Tradução nossa de: “[...] characterize the beliefs that language users entertain regarding language and language varieties.”

como emergindo dinamicamente no discurso e na interação social. Ao invés de serem fixos e predeterminados, eles são ativamente negociados na base do contexto físico, linguístico, social e cultural. O significado não é localizado, mas distribuído, com aspectos inerentes à comunidade de fala, às circunstâncias pragmáticas do evento de fala e ao mundo circundante.¹⁸ (Langacker, 2008a, p. 28)

Barbosa, Santos e Veloso (2020, p. 2578) chamam a atenção para a continuidade entre a interação e a gramática, embora não seja essa a convicção teórica dos autores: “A orientação para o interlocutor típica das frases de tipo imperativo leva a que o sujeito da frase esteja frequentemente omitido ou então tenham características particulares [...]”. Embora os autores integrem uma *Gramática do Português*, a descrição da norma do imperativo nos leva entender que se trata de uma gramática do PE.

3. Proposta de análise alternativa

A migração de brasileiros para Portugal é um fato da história contemporânea, frequentemente coberto pela imprensa.¹⁹ A dificuldade em contabilizar os imigrantes tem a ver com a dupla nacionalidade de alguns, a ilegalidade de outros e o próprio fluxo migratório. O fenômeno tem relevância linguística porque (i) aumenta a exposição dos portugueses ao PB para além das novelas brasileiras, há muito exibidas em Portugal, situação assimétrica em relação à exposição dos brasileiros ao PE, (ii) promove o contato entre diferentes *construals* culturais e sociais e (iii) acirra tensões que cujas raízes podem remeter à colonialidade. Essa situação explica por que Langacker (1994) fala da sobreposição entre cultura, linguagem e cognição a propósito do contato linguístico, por que Lemos de Souza (2020b) defende que o contato se dá entre cognições, e não entre línguas, e por que Batoréo (2022) enfoca as conceitualizações do mundo efetuadas por falantes de variedades de uma mesma língua em contextos culturais, sociais e políticos descontínuos e mesmo afastados geograficamente.

A LC nos permite considerar tal fenômeno exatamente porque enfatiza a continuidade entre a experiência e a linguagem, razão pela qual a GC modela a gramática e o

¹⁸ Tradução nossa de: “More reasonable is the **interactive** alternative, which does take people into account but claims that an individual mind is not the right place to look for meanings. Instead, meanings are seen as emerging dynamically in discourse and social interaction. Rather than being fixed and predetermined, they are actively negotiated by interlocutors on the basis of the physical, linguistic, social, and cultural context. Meaning is not localized but distributed, aspects of it inhering in the speech community, in the pragmatic circumstances of the speech event, and in the surrounding world.”

¹⁹ O Globo, 12/9/2023: <https://oglobo.globo.com/blogs/portugal-giro/post/2023/09/populacao-brasileira-em-portugal-dispara-e-aumenta-64percent.ghtml>. Observador, 15/10/2023: <https://observador.pt/2023/10/15/novos-imigrantes-brasileiros-em-portugal-sao-de-grandes-cidades-e-tem-entre-20-e-40-anos/>.

léxico a partir da interação, de modo que alguns *construals*, entendidos como construções cognitivas da experiência, se gramaticizam, isto é, convertem-se em significados construcionais. Na dimensão interacional, a análise que o presente artigo oferece como alternativa à de Oliveira e Batoréo (2014) assume o *construal* português – que, num contexto de interação formal, rejeita a forma *desculpa* por entender ser uma forma verbal pragmaticamente inadequada e espera *desculpe* – e coteja com o *construal* brasileiro – que usa *desculpa* (V) sem necessariamente o relacionar com *tu* ou, mais frequentemente, *desculpa* (S). Na dimensão gramatical, a análise que o presente artigo oferece como alternativa à de Oliveira e Batoréo (2014) aborda a nominalização quanto à proeminência (destaque) e à perspectiva (modos de processamento) a partir de uma observação incidental em Oliveira e Batoréo (2014): “[...] no PB, é mais utilizada para tal fim somente a forma nominal **desculpa** [...]”.

Tal observação é consensual entre as análises: numa, faz total sentido que Oliveira e Batoréo (2014) tenham privilegiado a instanciação de [V + Loc] pelo verbo *desculpar* no IMPERATIVO VERDADEIRO (*desculpa*); noutra, defendemos que a instanciação de [V + Loc] dispensa V como classe, à luz de um modelo que, de um lado, define semanticamente as classes de palavras e, de outro, prevê que o processamento dinâmico não é exclusivo da classe V.

Dado que o fator interativo, ligado à polidez, se restringe ao PE e que, no PB, é indispensável não somente identificar a variável geográfica, como também considerar a convencionalidade de *você* em sua distribuição com os imperativos VERDADEIRO e SUPLETIVO na mesma variedade geográfica, o predomínio da forma nominal *desculpa* nos leva a acrescentar que se trata da instanciação de [V + Loc] pelo substantivo deverbal em sua interpretação verbal. Para isso, estamos considerando duas evidências: uma aponta para a classe substantivo (o que remete ao destaque como elemento da proeminência); outra aponta para a interpretação verbal (o que remete aos modos de processamento como elemento da perspectiva).

Evidência quanto à classe substantivo

A evidência relativa ao destaque é positiva. Se “[...] *pedir desculpa(s)* e *desculpar* são muito recorrentes [...]” (Oliveira; Batoréo, 2014, p. 199), *desculpa(s)* satura a grade argumental de *pedir*, o que é possível somente ao substantivo. A variante *pedir perdão* reforça que a construção exige um substantivo. Apenas se inverte a direção da formação: *perdão* é um substantivo que instancia o esquema [S + ar], enquanto *desculpa* é um substantivo que resulta da instanciação do esquema [V + a].

A descrição do PB e do PE segundo a LG caracteriza verbos como *perdoar* como denominais. No Brasil, Basilio e Martins (1996) entendem que se trata de derivação. Em Portugal, Pereira (2013) entende que se trata de conversão.

Já a descrição do PB segundo a LC mantém a caracterização de verbos como *perdoar* como denominais, mas submete esse processo de formação de palavras à motivação metonímica. Assim, “[...] o verbo denota um ato ou evento evocado pelo substantivo” (Basilio, 2011, p. 110).

Evidência quanto à interpretação verbal

A evidência relativa à perspectiva é negativa. Em *pedir desculpa(s)*, o substantivo *desculpa*²⁰ tem de exibir interpretação verbal, pois a interpretação nominal equivaleria a ‘pretexto’, conforme se pode observar nos seguintes dados:

(1) 3 G BR 180graus.com

Vide o que está acontecendo com a Copa Piauí, a Federação está refém, esperando uma ação de o River, tramitando em o STJD, que serve apenas de **desculpa** para a falta de profissionalismo de os clubes.

(2) 4 G BR 2001video.empresarial.ws

Isso tudo porque estamos falando de dois personagens principais, o escritor Sal Paradise (Sam Riley), que estava ávido por uma aventura, e Dean (Garrett Hedlund), que com a **desculpa** de aprender a ser escritor, chama Sal para viver com ele uma jornada desmedida e desvairada, cruzando os Estados Unidos em a direção oeste.

(3) 9 G PT 365coisasquepossofazer.blogspot.com

E eu tenho, a a distância de um telefonema, a minha mãe, que se dedica, há já alguns anos, a a agricultura biológica (para consumo familiar). Assim desta vez já não tinha **desculpa** para não fazer tudo direitinho.

(4) 22 G PT aba-da-causa.blogspot.com

António José Seguro (AJS) apresentou alternativas quantificadas e realistas para investir em a economia, e para criar aquilo que ele defende como prioridade: emprego, emprego, emprego! Contra a habitual **desculpa** de o Governo que diz que não há dinheiro, o líder de o PS explicou que há dinheiro e onde o iria buscar para financiar o reactivamento de a economia e de o emprego.

Com interpretação nominal, *pedir desculpa(s)* seria parafraseável como ‘pedir pretexto(s)’. A implausibilidade dessa paráfrase remete à interpretação verbal, daí a não

²⁰ Busca por *desculpa* no Corpus do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/web-dial/>) em 15/4/2024. Constam o número da ocorrência, a variedade nacional do português, a fonte e o dado.

ocorrência de determinante (*nominal grounding*), ratificando tratar-se (i) do substantivo deverbal, (ii) da interpretação verbal e (iii) da restrição de [V + Loc] ao processamento dinâmico.

A combinação das duas evidências nos leva de volta aos dados de uso de *bora*. A posição que pretendemos marcar é que a construção [V + Loc] seleciona como V qualquer forma que reflita processamento dinâmico, o que equivale a afirmar que a perspectiva constitutiva do *construal* de [V + Loc] (v. mapa conceitual, fig. 1) é compatível com substantivos deverbais e com formas não correspondentes a nenhuma classe de palavras tradicional contanto que reflitam esse modo de processamento. O expediente de classificação de formas, predominante na teorização linguística, se revela completamente dispensável, conforme programaticamente previsto pela caracterização semântica das classes de palavras segundo a GC.

Resta-nos considerar a identidade fonológica entre *desculpa* (V) e *desculpa* (S) como fator que faz ambos remeter à construção [V + Loc] no PB.²¹ O conceito que nos parece explicar tal identidade é o de *heterossemia* (Lichtenberk, 1991). Formulado pela LF e recebido pela LC (Veloza; Bernardo, 2014; Almeida; Lemos de Souza, 2016), o conceito se aplica a relações diacrônicas como a que se dá entre *mente* (substantivo) e *mente* (sufixo) e a relações sincrônicas como a que se dá precisamente entre *desculpa* (V) e *desculpa* (S).

Tanto o critério sincrônico quanto o critério diacrônico para a distinção entre a homonímia e a polissemia (cf. Soares da Silva, 2006) afastam qualquer desses dois fenômenos, sob pena de afirmar-se que há uma única expressão que pertence a mais de uma classe ou que há duas formas sem nenhuma relação semântica ou que há duas formas com diferentes origens. Aqui, consideramos necessário mencionar a heterossemia como um fator que pode favorecer a que se tome *desculpa* (V) por *desculpa* (S) e vice-versa.

A heterossemia em questão remete à formação de verbos a partir de substantivos por meio do processo que a tradição designou como *derivação regressiva*. “A designação de ‘derivação regressiva’ apoia-se numa visão concatenativa e superficial da morfologia” (Rodrigues, 2013, p. 106). A análise do processo com base na GC nos leva a postular os esquemas [V + a], [V + e] e [V + o] para descrever a formação de substantivos como *desculpa*, *alcance* e *abraço*, respectivamente. A heterossemia entre *desculpa* (V) e *desculpa* (S), *alcance* (V) e *alcance* (S), *abraço* (S) e *abraço* (V) se deve à instanciação desses esquemas, conforme ilustrado pelos seguintes dados²²:

²¹ Afora a heterossemia entre *desculpa* (V) e *desculpa* (S) com identidade fonológica no PE e no PB, há que considerar a divergência fonética, em que *desculpe* termina em [i] e *desculpa* termina em [ɐ] no PE, enquanto *desculpe* termina em [i] e *desculpa* termina em [ɐ] no PB, a dificultar a percepção, pelos brasileiros, da distinção entre *desculpe* e *desculpa*.

²² Busca por *alcance* e *abraço* no Corpus do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/web-dial/>) em 18/4/2024. Constam o número da ocorrência, a variedade nacional do português, a fonte e o dado. A busca traz o verbo e o substantivo deverbal entre os resultados como efeito da heterossemia.

(5) 1 G BR 102fmmatal.com.br

Este ano teve a questão de as passagens de ônibus que foi um de os motores de as manifestações em as ruas. O senhor chegou a reduzir por duas vezes a tarifa e encaminhou a licitação a a CMN. São as medidas que estão ao seu **alcance**?

(6) 3 G BR 180graus.com

A meta de o Ministério da Pesca e Aquicultura é incentivar a produção nacional para que, em 2030, o Brasil **alcance** a expectativa de a FAO: se torne um de os maiores produtores de o mundo, com 20 milhões de toneladas de pescado por ano.

(8) 17 G BR 17maisumavez.blogspot.com

Pessoas vão embora de todas as formas: vão embora de a nossa vida, de o nosso coração, de o nosso **abraço**, de a nossa amizade, de a nossa admiração, de o nosso país.

(9) 16 G BR 17maisumavez.blogspot.com

É em essa hora que eu confesso que sou fraco. É em esse momento que me tranco em o quarto, **abraço** o travesseiro e deixo as minhas lágrimas falarem o que estou sentindo.

No âmbito das expectativas impostas pela situacionalidade dos falantes de cada variedade, falantes do PE não vislumbram que, em *Desculpa lá*, possa haver um substantivo, reconhecendo apenas um verbo mal conjugado pragmaticamente num contexto formal, pois não há intimidade a justificar o tratamento por *tu*. Neste caso, o paradigma ativado é [V + Loc], que faz prever uma forma verbal. Por sua vez, falantes do PB, além de não estabelecerem relação unívoca entre o imperativo *desculpa* e *tu*, instanciam a construção [V + Loc] com o substantivo deverbal *desculpa* em razão de sua interpretação verbal, o que só faz sentido se V for entendido como variável disponível para qualquer forma que reflita processamento dinâmico, como *bora*. Cada falante vê o que sua variedade linguística lhe permite ver, o que Jackendoff (1983) explica por meio da distinção entre *restrições linguísticas* e *restrições cognitivas* com base na LG; Langacker (1994) explica por meio da sobreposição entre cultura, linguagem e cognição; e Batoréo (2022) explica como perspectivação linguístico-cultural.

Nos termos apresentados, estamos considerando como normas os padrões sociolinguísticos majoritários no PE e no PB, padrões cujo status cognitivo resulta da rotinização no falante e da convencionalidade na variedade. Também estamos considerando, de um lado, a maior distância entre o padrão sociolinguístico de variação verbal com o pronome *você* no PB e a norma prescrita no PB e, de outro, a identidade entre o padrão sociolinguístico majoritário e a norma prescrita no PE. O tipo de conflito interacional

que isolamos a partir da situacionalidade entre falantes do PE e do PB atesta o papel da norma na intersubjetividade (Itkonen, 2008).

Por fim, apresentamos uma breve nota sobre aspectos quantitativos. Além do *Corpus do Português*, que vimos usando ao longo do artigo, usamos o *Linguatca* e encontramos a distribuição²³ que apresentamos nas tabelas 1, 2, 3 e 4:

Tabela 1 – DADOS DO PE NO LINGUATECA – CETEMPÚBLICO

EXPRESSÃO	OCORRÊNCIAS
desculpa (S)	2.110
desculpa (V)	460
desculpa lá	8
desculpa aí	0
desculpe	171
desculpe lá	18
desculpe aí	0

Fonte: elaborado pelos autores.

Os dados na tabela 1, relativos ao PE, revelam que as ocorrências de *desculpa lá* correspondem a apenas 1,739% das 460 ocorrências de *desculpa (V)*.²⁴ Por sua vez, as ocorrências de *desculpe lá* correspondem a 10,526% das 171 ocorrências de *desculpe*. Destacada a não ocorrência nem de *desculpa aí* nem de *desculpe aí*, fornecem evidência da baixa produtividade da instanciação de [V+Loc], seja pelo verbo, seja pela nominalização, no PE.

Tabela 2 – dados do PB no Linguatca – Corpus Brasileiro

EXPRESSÃO	OCORRÊNCIAS
desculpa (S)	3.269
desculpa (V)	545
desculpa lá	0
desculpa aí	3
desculpe	750
desculpe lá	1
desculpe aí	2

Fonte: elaborado pelos autores.

Os dados na tabela 2, relativos ao PB, revelam a não ocorrência de *desculpa lá* e apenas três ocorrências de *desculpa aí*. Por sua vez, as ocorrências de *desculpe lá* e *desculpe aí*

²³ Buscas concluídas e revisadas em 26/4/2024.

²⁴ Nas quatro tabelas, as ocorrências de *desculpa (V)* e *desculpe (V)* devem ser relativizadas ao fato de que essas formas não se restringem ao imperativo.

também são estatisticamente irrelevantes. Assim, fornecem evidência da baixa produtividade da instanciação de [V+Loc], seja pelo verbo, seja pela nominalização, no PB.

Tabela 3 – dados do PE no Corpus do Português – PT

EXPRESSÃO	OCORRÊNCIAS
desculpa (S)	13.083
desculpa (V)	4.450
desculpa lá	527
desculpa aí	9
desculpe	3.494
desculpe lá	247
desculpe aí	1

Fonte: elaborado pelos autores.

Os dados na tabela 3, relativos ao PE, revelam que as ocorrências de *desculpa lá* correspondem a 11,843% das 4.450 ocorrências de *desculpa (V)*, enquanto as ocorrências de *desculpa aí* correspondem a apenas 0,202% das 4.450 ocorrências de *desculpa (V)*. Por sua vez, as ocorrências de *desculpe lá* correspondem a 7,069% das 3.494 ocorrências de *desculpe*, enquanto as ocorrências de *desculpe aí* correspondem a apenas 0,029% das 3.494 ocorrências de *desculpe*.

Tabela 4 – dados do PB no Corpus do Português – BR

EXPRESSÃO	OCORRÊNCIAS
desculpa (S)	13.494
desculpa (V)	5.860
desculpa lá	17
desculpa aí	135
desculpe	12.557
desculpe lá	6
desculpe aí	25

Fonte: elaborado pelos autores.

Os dados na tabela 4, relativos ao PB, não permitem comparação percentual entre as ocorrências de *desculpa lá* e de *desculpa aí* e as ocorrências de *desculpa (V)*, dada a hipótese de instanciação da construção [V + Loc] por *desculpa (S)*. Por sua vez, as ocorrências de *desculpe lá* correspondem a apenas 0,048% das 12.557 ocorrências de *desculpe*, enquanto as ocorrências de *desculpe aí* correspondem a apenas 0,199% das 12.557 ocorrências de *desculpe*.

Guardadas as proporções entre os *corpora*, a distribuição verificada no *Corpus do Português* converge com a verificada no *Linguateca*. A frequência de *desculpa lá* e a de *desculpa aí* são muito menores que a de *desculpa* (V) ou a de *desculpa* (S) tanto no PE quanto no PB nos dois *corpora*. A frequência de *desculpe lá* e a de *desculpe aí* são muito menores que a de *desculpe* tanto no PE quanto no PB nos dois *corpora*.

Oliveira e Batoréo (2014) consolidam as ocorrências de *desculpa/-e/-em lá* no PE no total de 20 (p. 195) e não apresentam nenhuma ocorrência no PB. No entanto, as evidências quantitativas na análise original e na que ora propomos com base nas tabelas acima mantêm válida a discussão sobre a maior frequência de *desculpa* (S) que a de *desculpa* (V) no PB e no PE, à luz das diferentes normas do imperativo e do mesmo processo de formação de substantivos a partir de verbos. No entanto, a análise aqui proposta nos permite dissociar tal discussão da análise da construção [V + Loc].

4 Considerações finais

O ponto de partida para a análise proposta no presente artigo é outra análise de acordo com um modelo baseado no uso, proposta por Oliveira e Batoréo (2014). Assim, a análise alternativa permite o cotejo entre abordagens compatíveis, ressalvadas as diferentes filiações teóricas.

O centro da análise alternativa é a articulação entre a rotinização e a convencionalidade de normas de uso do imperativo no PE e no PB. A formulação técnica da proposta exigiu o subsídio de estudos sobre a nominalização de verbos baseados na GC e de estudos sobre o imperativo nessas duas variedades do português, bem como o concerto entre o relativismo, o status sociocognitivo de cada norma de uso envolvida (considerando a distância *vs.* a proximidade em relação à norma prescrita) e a modelagem da gramática e do léxico a partir do uso.

De um lado, o fundamento na GC permite à análise alternativa ampliar a disponibilidade da construção [V + Loc] para além da classe V. De outro, permite-lhe agregar o potencial de explicar um tipo de conflito interacional que exige uma abordagem integrada como a formulada pela GC. Na integração pretendida, um dos fatores a considerar nas descrições do PE e do PB é a colonialidade.²⁵

²⁵ Durante a redação deste artigo, o Presidente da República de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, fez a seguinte declaração: “Não é apenas pedir desculpa — devida, sem dúvida — por aquilo que fizemos, porque pedir desculpa é às vezes o que há de mais fácil, pede-se desculpa, vira-se as costas, e está cumprida a função. Não, é o assumir a responsabilidade para o futuro daquilo que de bom e de mau fizemos no passado.” Tal declaração atesta que a questão colonial está viva na memória de portugueses e brasileiros. Na história social do PE e do PB, o fato de a norma portuguesa ser a única prescrita no Brasil é uma forte evidência da permanência da assimetria colonial.

O fato de que, em ambas as variedades, existem *desculpa* (V) e *desculpa* (S) exige da análise aqui proposta restringir-se ao contexto da interação entre brasileiros e portugueses em Portugal para entender o conflito a partir das normas rotinizadas e convencionalizadas. A análise aqui proposta demonstra que:

- (i) usam-se apenas *desculpa* (V) e *desculpe* no PE;
- (ii) portugueses que usam *desculpe* esperam *desculpe* de brasileiros em interações formais;
- (iii) usa-se mais *desculpa* (S) que *desculpa* (V) no PB;
- (iv) brasileiros que usam *desculpa* (S) esperam *desculpa* (S) de portugueses e não vislumbram a expectativa por *desculpe* em interações formais;
- (v) brasileiros que usam *desculpa* (V) não necessariamente o associam a *tu*, mas sim a *você*;
- (vi) brasileiros que usam *desculpa* (V) e o associam a *tu* não pressupõem intimidade, o que é incompreensível para os portugueses, que têm outra expectativa e interpretam a forma como inadequada; e
- (vii) brasileiros que usam *desculpe* por esse ser o padrão predominante na sua variedade geográfica do PB ou por associação na exclusiva com *você* ficam livres do conflito em questão.

Por fim, em seus aspectos quantitativos, a análise ora proposta apresenta maior adequação descritiva que a original, na medida em que a distribuição entre *desculpa* (V) e *desculpa* (S) se revela dissociada da produtividade da construção [V + Loc].

Referências

ALMEIDA, M. L. L.; LEMOS DE SOUZA, J. Prefixos, preposições e heterossemia. *Cadernos do NEMP*, Rio de Janeiro, n. 6, v. 1, 2015, p. 5-16.

BARBOSA, P.; SANTOS, P.; VELOSO, R. Tipos de frase e força ilocutória. In: RAPOSO, E. B. P.; NASCIMENTO, M. F. B.; MOTA, M. A. C.; SEGURA, L.; MENDES, A.; ANDRADE, A. *Gramática do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v. III, 2020, p. 2517-2588.

BASILIO, M. *Estruturas lexicais do português*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BASILIO, M. Polissemia sistemática em substantivos deverbais. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, n. 47, 2004, p. 49-71.

BASILIO, M. O papel da metonímia na morfologia lexical. *ReVEL*, edição especial, n. 5, 2011, p. 99-117.

BASILIO, M.; MARTINS, H. Verbos denominais no português falado. In: KOCH, I. *Gramática do português falado: os desenvolvimentos*. Campinas: UNICAMP/FAPESP, v. VI, 1996.

BATORÉO, H. *Expressão do espaço no português europeu: contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição*. Lisboa: FCT / Fundação Calouste Gulbenkian, [1996] 2000.

BATORÉO, H. A linguística cognitiva e o mito da linguagem como instinto. In: BATORÉO, H. (org.). *LINGUAGEM – COGNIÇÃO – CULTURA: teorias, aplicações e diálogos com foco na língua portuguesa*. Lisboa: FCT, 2022, p. 27-45.

BROCCIAS, C.; HOLLMANN, W. B. Do we need summary and sequential scanning in (Cognitive) grammar? *Cognitive Linguistics*, v. 18, n. 4, 2007, p. 487-522.

DAVIES, M.; FERREIRA, M. *Corpus do Português* (45 milhões de palavras, sécs. XIV-XX), 2006. Disponível em <http://www.corpusdoportugues.org>.

GARCEZ, P. Perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação. In: LODER, L. L.; JUNG, N. M. (org.). *Fala-em-interação social: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

GEERAERTS, D. Methods in Cognitive Linguistics. In: KRISTIANSEN, G.; ACHARD, M.; DIRVEN, R.; IBÁÑEZ, F. J. R. (ed.). *Cognitive Linguistics: current applications and future perspectives*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2006, p. 21-50.

GRONDELAERS, S.; GEERAERTS, D.; SPEELMAN, D. A case for a cognitive corpus linguistics. In: GONZALEZ-MARQUEZ, M.; MITTELBERG, I.; COULSON, S.; SPIVEY, M. J. (ed.). *Methods in Cognitive Linguistics*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2006, p. 149-170.

ITKONEN, E. The central role of normativity in language and linguistics. In: ZLATEV, J.; RACINE, T. P.; SINHA, C.; ITKONEN, E. (ed.). *The shared mind: perspectives on intersubjectivity*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2008.

JACKENDOFF, R. *Semantics and cognition*. Cambridge, London: MIT Press, 1983.

JACKENDOFF, R. Conceptual semantics and cognitive linguistics. *Cognitive Linguistics*, v. 7, n. 1, 1996, p. 93-129.

LAKOFF, G. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LANGACKER, R. *Foundations of cognitive grammar*. V. I: theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, R. Culture, cognition, and grammar. In: PÜTZ, M. (ed.). *Language contact and language conflict*. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins, 1994, p. 25-54.

LANGACKER, R. A usage-based model. In: RUDZKA-OSTYN, B. (ed.). *Topics in Cognitive Linguistics*, Current Issues in Linguistic Theory, n. 50. Amsterdam: Benjamins, 1988, p. 127-161.

LANGACKER, R. A dynamic usage-based model. In: BARLOW, M.; KREMMER, S. (ed.). *Usage-based models of language*. Stanford, California: CSLI Publications, 2000, p. 1-64.

LANGACKER, R. *Cognitive Grammar: a basic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008a.

LANGACKER, R. Sequential and summary scanning: a reply. *Cognitive Linguistics*, v. 19, n. 4, 2008b, p. 571-584.

LANGACKER, R. *Investigations in cognitive grammar*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2009.

LEMOS DE SOUZA, J. *A distribuição semântica dos substantivos deverbais em -ção e -mento no português do Brasil: uma abordagem cognitiva*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

LEMOS DE SOUZA, J. Alinhamento, balanceamento, direção e suspensão: constatações sobre os substantivos deverbais no português brasileiro. *Linguística*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2012, p. 62-75.

LEMOS DE SOUZA, J. Provocações morfológicas à gramática cognitiva. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, 2020a, p. 303-322.

LEMOS DE SOUZA, J. O debate deriva/contato na história do português brasileiro. *Alfa*, Araraquara, v. 64, 2020b, p. 1-24.

LICHTENBERK, F. Semantic change and heterosemy in grammaticalization. *Language*, v. 67, n. 3, 1991, p. 475-509. Linguatca. Disponível em <https://www.linguatca.pt/ACDC/>.

MONDADA, L. Challenges of multimodality: language and the body in social interaction. *John Wiley & Sons Ltd*, 2016, p. 336-367.

MUNIZ, K. Ainda sobre a possibilidade de uma linguística “crítica”: performatividade, política e identificação racial no Brasil. In: MELO, G. C. V.; JESUS, D. M. (org.). *Linguística Aplicada, raça e interseccionalidade na contemporaneidade*. Rio de Janeiro, Mórula, v. I, 2022.

OLIVEIRA, M. R.; BATORÉO, H. Construções com pronomes locativos (LOC) do tipo LOCV e VLOC no PB e no PE: correspondências e distinções. *Linguística*, v. 30, n. 2, 2014, p. 171-208.

PEDERSON, E. Cognitive Linguistics and linguistic relativity. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. (ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2007, p. 1012-1044.

PEREIRA, R. Formação de verbos. In: RIO-TORTO, G.; RODRIGUES, A. S.; PEREIRA, I.; PEREIRA, R.; RIBEIRO, S. *Gramática derivacional do português*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013, p. 265-320.

RESENDE, M.; ILARI, R. Mudança semântica e formação de palavras. *Letras*, Santa Maria, v. 30, n. 60, 2020, p. 247-263.

RODRIGUES, A. S. Introdução. In: RIO-TORTO, G.; RODRIGUES, A. S.; PEREIRA, I.; PEREIRA, R.; RIBEIRO, S. *Gramática derivacional do português*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013, p. 29-116.

RUMEU, M. C. Formas variantes do imperativo de segunda pessoa nos séculos XIX e XX: a expressão do social. *Signum*, Londrina, v. 19, n. 2, 2016, p. 310-341.

SCHERRE, M.; CARDOSO, D. B.; LUNGUINHO, M. V.; SALLES, H. M. Reflexões sobre o imperativo em português. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 23, n. esp., 2007, p. 193-241.

SILVA, E. N. *Formas imperativas de segunda pessoa no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

SOARES DA SILVA, A. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006.

VELOZO, N.; BERNARDO, S. De magis a mais: categorização, heterossemia e polissemia. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, 2014.

